

ALINE DE MIRANDA VALVERDE TERRA

PROFESSORA DE DIREITO CIVIL DA FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROFESSORA DE DIREITO CIVIL DA FACULDADE DE DIREITO DA PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO

Aline de Miranda Valverde Terra

Rua General Garzon, 22/606
Jardim Botânico, Rio de Janeiro/RJ, Brasil
+55 21 981316966
aline@amvt.com.br
Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/3329638813113209>
Site e publicações: <http://amvt.com.br/>
LinkedIn: <https://www.linkedin.com/in/amvt/>

Qualificação acadêmica/titulação

- **Doutorado em Direito Civil pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro.** 2013 – 2015.
Tema da Tese: Cláusula Resolutiva Expressa: regime jurídico e parâmetros funcionais para sua fixação.
- **Master of Laws em International Dispute Resolution pela Queen Mary University of London.** 2020 – 2022.
Tema da Dissertação: The role of the parties in ascertaining impartiality and independence of the arbitrator: towards the recognition of a duty to investigate.
- **Mestrado em Direito Civil pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro.** 2006 – 2008.
Tema da Dissertação: Inadimplemento Anterior ao Termo no Direito Civil Brasileiro
- **Graduação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro.** 1996 – 2000.

Atividade Acadêmica

- Professora de Direito Civil da graduação e Professora permanente do Mestrado e do Doutorado da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
- Professora de Direito Civil da graduação, Professora permanente do Mestrado Profissional da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.
- Pesquisadora visitante do Max Planck Institute for Comparative and International Private Law, Alemanha. 2014; 2018; 2020
- Fundadora da AGIRE | Direito Privado em Ação (<https://agiredireitoprivado.substack.com/>)
- Coordenadora Editorial da Revista Brasileira de Direito Civil – RBDCivil.

Atividade Profissional

- Sócia em Aline de Miranda Valverde Terra Consultoria Jurídica, com atuação como árbitra e parecerista em Direito Privado (www.amvt.com.br).
- Membro do Corpo de Árbitros da Câmara de Mediação e Arbitragem Empresariam Brasil – CAMARB; do Centro Brasileiro de Mediação e Arbitragem – CBMA; da Câmara FGV de Mediação e Arbitragem; da Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem CIESP/FIESP; da

ALINE DE MIRANDA VALVERDE TERRA

PROFESSORA DE DIREITO CIVIL DA FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROFESSORA DE DIREITO CIVIL DA FACULDADE DE DIREITO DA PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO

ARBITAC – Câmara de Mediação e Arbitragem; do Centre de Arbitragem e Mediação da AMCHAM Brasil.

Associações

- Associada ao Comitê Brasileiro de Arbitragem – CBAr.
- Associada fundadora do Instituto Brasileiro de Direito Civil – IBDCivil.
- Membro da International Academy of Comparative Law – IACL.
- Membro do Comitê Brasileiro da Associação Henri Capitant des Amis de la Culture Juridique Française.
- Membro da Comissão de Direito Civil da OAB-RJ, triênio 2022-2024.

Idiomas

- Inglês – fluente
- Espanhol – intermediário

Produção bibliográfica

(disponível parcialmente em amvt.com.br)

Livros publicados

1. *AGIRE | Direito Privado em Ação – Edições 1 a 100* (coordenadora com Gisela Sampaio e Renata Steiner). Rio de Janeiro: Processo, 2024, 716p.
2. *Riscos no Direito Privado e na Arbitragem* (coorganizadora com Catarina Monteiro Pires e Giovanni Ettore Nanni). São Paulo: Almedina, 2023, 912p.
3. *Fundamentos do direito civil: responsabilidade civil*. (coautora com Gisela Sampaio e Gustavo Tepedino) 4ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2023, 398p.
4. *Inexecução das obrigações: pressupostos: evolução e remédios*. (coorganizadora com Gisela Sampaio) Rio de Janeiro: Processo, 2021, v. 2, 1055p.
5. *Inexecução das obrigações: pressupostos: evolução e remédios*. (coorganizadora com Gisela Sampaio) Rio de Janeiro: Processo, 2020, v. 1, 842p.
6. *Princípios contratuais aplicados: boa-fé, função social e equilíbrio contratual à luz da jurisprudência*. (coorganizadora com Carlos Konder e Gisela Sampaio) Indaiatuba: Foco, 2019, 400p.
7. *Cláusula Resolutiva Expressa*. Belo Horizonte: Fórum, 2017, 240p.
8. *Inadimplemento Anterior ao Termo*. Rio de Janeiro: Renovar, 2009, 295p.

Artigos publicados em periódicos

1. Direito imobiliário: inexigibilidade, impossibilidade e inoponibilidade a terceiros de MoU para venda de créditos imobiliários e constituição de sociedade.

ALINE DE MIRANDA VALVERDE TERRA

PROFESSORA DE DIREITO CIVIL DA FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PROFESSORA DE DIREITO CIVIL DA FACULDADE DE DIREITO DA PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO

- (coautoria com Renata Steiner) *Civilistica.com*. Rio de Janeiro, a. 13, n. 1, p. 1-28, 2024.
2. Cláusula compromissória em contratos de franquia – parecer jurídico. *Revista Internacional de Arbitragem e Conciliação*. Lisboa, n. 20, p. 201-224, jul./dez-2023.
 3. Cláusula compromissória em contratos de franquia: competência para analisar sua validade e eficácia; (in)existência de dever de informação do franqueador acerca dos custos da arbitragem; competência para analisar alegação de impecuniosidade. *Revista Brasileira de Direito Civil – RBDCivil*, Belo Horizonte, v. 32, n. 3, p. 161-180, out./dez. 2023.
 4. Transmissibilidade dos privilégios do cedente e dos acessórios do crédito ao cessionário: reflexões a partir do Recurso Especial nº 1.984.424/SP. (coautoria com Mateus de Moraes Reis) *Civilistica.com*. Rio de Janeiro, a. 12, n. 2, 2023.
 5. Resenha de: SANTOS, Deborah Pereira Pinto dos. Indenização e resolução contratual. São Paulo: Almedina, 2022. *Revista Brasileira de Direito Civil – RBDCivil*, Belo Horizonte, v. 31, n. 3, p. 257-259, jul./set. 2022.
 6. A cláusula resolutiva expressa como instrumento privilegiado de gestão de riscos contratuais. (coautora com Giovanni Ettore Nanni) *Revista Brasileira de Direito Civil – RBDCivil*, Belo Horizonte, v. 31, n. 1, p. 135-165, jan./mar. 2022.
 7. Exceção de contrato não cumprido na coligação contratual. (coautora com Giovanni Ettore Nanni) *Civilistica.com* - Revista Eletrônica de Direito Civil, v. 10, p. 1-26, 2021.
 8. Resenha de: SALGADO, Bernardo Gonçalves P. Arras confirmatórias e penitenciais. Rio de Janeiro: Processo, 2022. *Revista Brasileira de Direito Civil – RBDCivil*, Belo Horizonte, v. 30, p. 271-274, out./dez. 2021.
 9. Revisitando o lucro da intervenção: novas reflexões para antigos problemas. (coautora com Gisela Sampaio) *Revista Brasileira de Direito Civil – RBDCivil*, v. 29, p. 1-25, 2021.
 10. Herança digital e proteção do consumidor contra cláusulas abusivas. (coautora com Milena Oliva e Filipe Medon) *Revista de Direito do Consumidor*, v. 135, p. 335-350, 2021.
 11. Planos privados de assistência à saúde e boa-fé objetiva: natureza do rol de doenças estabelecido pela agência nacional de saúde para fins de cobertura contratual obrigatória. *Revista Brasileira de Direito Civil - RBDCivil*, v. 23, p. 175-191, 2020.
 12. O risco no seguro garantia e o inadimplemento anterior o termo. (coautora com Bernardo Salgado) *Revista Jurídica*, v. 7, p. 18-39, 2020.
 13. Resolução por inadimplemento: o retorno ao status quo ante e a coerente indenização pelo interesse negativo. (coautora com Gisela Sampaio) *Civilistica.com* - Revista Eletrônica de Direito Civil, v. 9, p. 1-22, 2020.

ALINE DE MIRANDA VALVERDE TERRA

PROFESSORA DE DIREITO CIVIL DA FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PROFESSORA DE DIREITO CIVIL DA FACULDADE DE DIREITO DA PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO

14. Planos privados de assistência à saúde e boa-fé objetiva. *Revista do advogado*, v. 146, p. 7-18, 2020.
15. Violência obstétrica contra a gestante com deficiência. (coautora com Ana Carla Matos) *Pensar - Revista de Ciências Jurídicas*, v. 24, p. 1-13, 2019.
16. É possível mitigar a capacidade e a autonomia da pessoa com deficiência para a prática de atos patrimoniais e existenciais? (coautora com Ana Carolina Brochado) *Civilistica.com - Revista Eletrônica de Direito Civil*, v. 8, p. 1-25, 2019.
17. Inafastabilidade da jurisdição e autotutela: o exemplo da cláusula resolutive expressa. (coautora com Leonardo Schenk) *Revista Eletrônica de Direito Processual*, v. 20, p. 1-19, 2019.
18. A evolução da responsabilidade civil por fato de terceiro na experiência brasileira. (coautora com Gustavo Tepedino) *Revista de Direito da Responsabilidade*. v. 1, p. 1077-1104, 2019.
19. Execução pelo equivalente como alternativa à resolução: repercussões sobre a responsabilidade civil. *Revista Brasileira de Direito Civil - RBDCivil*, v. 18, p. 49-73, 2018.
20. Promessa de compra e venda com cláusula resolutive expressa. *Boletim da AASP*. São Paulo: AASP, 2018.
21. Responsabilidade civil dos pais pelos atos praticados pelos filhos menores. (coautora com Gisela Sampaio) *Revista de Direito Civil Contemporâneo*, v. 17, p. 135-154, 2018.
22. Notas sobre o *crowdfunding* no direito brasileiro. *Revista Eletrônica do Curso de Direito da UFSM*, v. 13, p. 1134-1160, 2018.
23. A capacidade civil da pessoa com deficiência no Direito brasileiro: reflexões a partir do I Encuentro Internacional sobre los derechos de la persona con discapacidad en el derecho privado de España, Brasil, Italia y Portugal. (coautora com Ana Carolina Brochado) *Revista Brasileira de Direito Civil*, v. 15, p. 223-233, 2018.
24. Adimplemento substancial e tutela do interesse do credor: análise da decisão proferida no REsp 1.581.505. (coautora com Gisela Sampaio) *Revista Brasileira de Direito Civil*, v. 11, p. 95-113, 2017.
25. Autonomia privada e prazos prescricionais. (coautora com Daniel Bucar) *Pensar - Revista de Ciências Jurídicas*, v. 22, p. 1-19, 2017.
26. A apropriação do objeto da garantia pelo credor: da vedação ao pacto comissório à licitude do pacto marciano. (coautora com Gisela Sampaio) *Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais*, v. 71, p. 51-78, 2017.
27. Âmbito de incidência da cláusula resolutive expressa: para além dos contratos bilaterais. *Revista de Direito Privado* (São Paulo), v. 65, p. 121-138, 2016.
28. A cláusula resolutive expressa como instrumento de gestão positiva dos riscos nos contratos. (coautora com Paula Bandeira) *Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Direito - PPGDir./UFRGS*, v. XI, p. 93-115, 2016.

ALINE DE MIRANDA VALVERDE TERRA

PROFESSORA DE DIREITO CIVIL DA FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROFESSORA DE DIREITO CIVIL DA FACULDADE DE DIREITO DA PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO

29. A questionável utilidade da violação positiva do contrato no direito brasileiro. *Revista de Direito do Consumidor*, v. 101, p. 181-205, 2015.
30. Considerações acerca da exclusão do lucro ilícito do patrimônio do agente ofensor. (coautora com Gisela Sampaio) *Revista da Faculdade de Direito da UERJ*, v. 28, p. 1-24, 2015.
31. Alienação fiduciária em garantia de bens imóveis: possíveis soluções para as deficiências e insuficiências da disciplina legal. (coautora com Gisela Sampaio) *Civilistica.com - Revista Eletrônica de Direito Civil*, v. 1, p. 1-22, 2015.
32. A discricionariedade judicial na metodologia civil-constitucional. *Revista da Faculdade de Direito da UFPR*, v. 60, p. 367-382, 2015.
33. A cláusula resolutiva expressa e o contrato incompleto como instrumentos de gestão de risco nos contratos. (coautora com Paula Bandeira) *Revista Brasileira de Direito Civil - RBDCivil*, v. 6, p. 9-25, 2015.
34. Autonomia contratual: da estrutura à função. *Arquivo Jurídico - Revista Jurídica Eletrônica da Universidade Federal do Piauí*, v. 2, p. 85-102, 2015.
35. Considerações acerca do estatuto jurídico do corpo humano. (coautora com Paula Lemos) *Revista dos Tribunais* (São Paulo. Impresso), v. 952, p. 37-58, 2015.
36. A Tutela da Autonomia Privada e a Utilização Atécnica dos Novos Princípios Contratuais. (coautora com Helen Orleans) *Revista dos Tribunais* (São Paulo. Impresso), v. 945, p. 59-78, 2014.
37. O chamado inadimplemento antecipado. *Revista de Direito Privado* (São Paulo), v. 60, p. 135-157, 2014.
38. Privação do uso: dano ou enriquecimento por intervenção? *Revista Eletrônica Direito e Política*, v. 9, p. 1620-1644, 2014.
39. Cláusula resolutiva expressa e resolução extrajudicial. *Civilistica.com*, v. 2, p. 1, 2013.
40. Responsabilidade civil do médico. (coautora com Anderson Schreiber, Marina Gaensly e Maritza Franklin) *Revista da Faculdade de Direito da UERJ*, v.6-7, p. 381-408, 1999.

Editoriais

1. A Lei nº 14.382/2022 e o caminho da desjudicialização. *Revista Ibradim de Direito Imobiliário*. v. 7 (jan. 2022), p. 5-7, 2022.

Textos em jornais, portais de notícias e newsletter

1. Na pauta do STJ: embate entre contrato preliminar e definitivo – uma questão de autonomia privada. *AGIRE – Direito Privado em Ação*. 22 abril 2024
2. Do dogma da completude da revelação do árbitro ao dever de investigação das partes: promovendo a ética e a lealdade na arbitragem. *AGIRE – Direito Privado em Ação*. 18 março 2024.

ALINE DE MIRANDA VALVERDE TERRA

PROFESSORA DE DIREITO CIVIL DA FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PROFESSORA DE DIREITO CIVIL DA FACULDADE DE DIREITO DA PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO

3. Na pauta do STJ: sub-rogação da seguradora na cláusula compromissória. *AGIRE – Direito Privado em Ação*. 19 fevereiro 2024.
4. Em Festa: em defesa do interesse negativo (Parte II). *AGIRE – Direito Privado em Ação*. 6 fevereiro 2024.
5. Em Festa: resolução por inadimplemento (Parte I). *AGIRE – Direito Privado em Ação*. 5 fevereiro 2024
6. O franqueador tem o dever de informar previamente o candidato a franqueado sobre os custos da arbitragem? *AGIRE – Direito Privado em Ação*. 11 dezembro 2023.
7. Na pauta do STJ: competência para decidir sobre validade e eficácia da cláusula compromissória em contrato de franquia. *AGIRE – Direito Privado em Ação*. 13 novembro 2023.
8. Cláusulas resolutivas *ipso facto* da insolvência: validade e eficácia. *AGIRE – Direito Privado em Ação*. 9 outubro 2023.
9. Na pauta do STJ: declaração antecipada de não cumprimento por incapacidade financeira configura inadimplemento anterior ao termo. *AGIRE – Direito Privado em Ação*. 11 setembro 2023.
10. Cláusulas resolutivas *ipso facto* da insolvência: natureza jurídica. *AGIRE – Direito Privado em Ação*. 7 agosto 2023.
11. Na pauta do STJ: o termo final da cláusula penal moratória na resolução. *AGIRE – Direito Privado em Ação*. 10 julho 2023.
12. O que o credor pode fazer diante do chamado inadimplemento antecipado? *AGIRE – Direito Privado em Ação*. 5 junho 2023.
13. Na pauta do STJ: liberdade contratual e alocação de riscos em relações empresariais. *AGIRE – Direito Privado em Ação*. 8 maio 2023.
14. Quando há o inadimplemento antecipado da prestação? *AGIRE – Direito Privado em Ação*. 3 abril 2023.
15. Na pauta do STJ: penhora de cotas de fundo de investimento. *AGIRE – Direito Privado em Ação*. 16 março 2023.
16. Dever de investigação da parte vs. dever de revelação do árbitro. *AGIRE – Direito Privado em Ação*. 30 janeiro 2023.
17. Na pauta do STJ: os efeitos da cessão sobre o regime jurídico do crédito. *AGIRE – Direito Privado em Ação*. 19 dezembro 2022.
18. Qual a relevância dos danos sofridos pelo credor para o regime da cláusula penal compensatória? *AGIRE – Direito Privado em Ação*. 14 novembro 2022.
19. Quitação “ampla, geral e irrevogável” na pauta do STJ. *AGIRE – Direito Privado em Ação*. 17 outubro 2022.
20. Quanto vale o lucro da intervenção? Critérios para quantificar o montante a ser excluído do patrimônio do interventor. *AGIRE – Direito Privado em Ação*. 12 setembro 2022.

ALINE DE MIRANDA VALVERDE TERRA

PROFESSORA DE DIREITO CIVIL DA FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PROFESSORA DE DIREITO CIVIL DA FACULDADE DE DIREITO DA PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO

21. Interrupção da prescrição: quando o credor sai da inércia em defesa da sua pretensão. *AGIRE – Direito Privado em Ação*. 15 agosto 2022.
22. Enriquecimento sem causa por lucro da intervenção e responsabilidade civil: funções distintas, mas complementares. *AGIRE – Direito Privado em Ação*. 11 julho 2022.
23. Bem de família: penhorar ou não penhorar, eis a questão. *AGIRE – Direito Privado em Ação*. 13 junho 2022.
24. Protesto contra a alienação de bens em arbitragem. *AGIRE – Direito Privado em Ação*. 09 maio 2022.
25. Exclusão dos créditos garantidos por alienação fiduciária do regime recuperacional. *AGIRE – Direito Privado em Ação*. 11 abril 2022.
26. Impossibilidades como perturbações estruturais e funcionais do negócio jurídico. *AGIRE – Direito Privado em Ação*. 07 março 2022.
27. Cláusula resolutiva expressa e o caminho da desjudicialização. *AGIRE – Direito Privado em Ação*. 07 fev. 2022.
28. Condição resolutiva, condição suspensiva ou cláusula resolutiva expressa, eis a questão. *Migalhas*. Migalhas Edilícias. 07 out. 2021.
29. Hackeamento de dados pessoais e responsabilidade do fornecedor: releitura do CDC pela óptica da LGPD. *Migalhas*. Migalhas Patrimoniais. 09 julho 2021.
30. O que o navio encalhado em Suez ensina sobre a impossibilidade da prestação? (coautora com Renata Steiner). *Conjur*. 13 abril 2021.
31. Aspectos controvertidos sobre herança digital. (coautora com Milena Oliva e Filipe Medon). *Migalhas*. Migalhas de peso. 09 abril 2021.
32. O que a arbitragem pode aprender com os *hackers* do STJ? (coautora com Caitlin Mulholland) *Estadão*. Blog do Fausto. 13 nov. 2020.
33. A roupa nova do rei e a resolução das promessas de compra e venda. *Migalhas*. Migalhas edilícias. 12 nov. 2020.
34. Cláusulas abusivas e a transmissão do acervo digital após a morte do titular. (coautora com Milena Oliva e Filipe Medon) *Migalhas*. Migalhas de peso. 12 nov. 2020
35. Notas sobre a natureza e o regime jurídico da retenção de parcelas autorizada pela Lei dos Distratos. (coautora com Roberta Mauro Medina Maia) *Migalhas*. Migalhas de responsabilidade civil. 17 set. 2020.
36. Nem tudo o que reluz é ouro: os riscos de inadimplemento em tempos de pandemia. *Estadão*. Blog do Fausto. 11 jun. 2020.
37. Contratos de franquia e Covid-19. (coautora com Vynicius Guimarães) *Migalhas*. Migalhas contratuais. 30 mar. 2020.
38. Prescrição e Covid-19: o que pode ser feito em relação aos prazos prescricionais? (coautora com Daniel Bucar) *Estadão*. Blog do Fausto. 26 mar. 2020.

39. Covid-19 e os contratos de locação em shopping center. *Migalhas*. Migalhas de peso. 20 mar. 2020.
40. Telemedicina no sistema privado de saúde: quando a realidade se impõe. (coautora com Paula Lemos) *Migalhas*. Migalhas de vulnerabilidade. 19 mar. 2020.

Capítulos de livros

1. A cláusula resolutiva expressa como instrumento privilegiado de gestão de riscos contratuais. (coautora com Giovanni Ettore Nanni) In: Aline de Miranda Valverde Terra; Giovanni Ettore Nanni; Catarina Monteiro Pires (coord.). *Riscos no direito privado e na arbitragem*. São Paulo: Almedina, 2023, p. 55-88.
2. Art. 9º. (coautora com Renata Steiner e Maria Beatriz Rizzo Delamuta) In: Ana Carolina Weber; Fabiana de Cerqueira Leite. (Org.). *Lei de Arbitragem Comentada*. São Paulo: Thompson Reuters, 2023, p. 145-153.
3. Comentários aos arts. 762 a 764 do Código Civil. (coautora com Bernardo Salgado) In: Ilan Goldberg; Thiago Junqueira. *Direito dos seguros: comentários ao Código Civil*. Rio de Janeiro: Forense, 2023, p. 185-213.
4. É possível mitigar a capacidade e a autonomia da pessoa com deficiência para a prática de atos patrimoniais e existenciais? (coautoria com Ana Carolina Brochado) In: Gustavo Tepedino; Vitor Almeida. *Trajetórias do Direito Civil: estudos em homenagem à Professora Heloisa Helena Barboza*. Indaiatuba: Editora Foco, 2023, p. 29-48.
5. Arras e cláusula resolutiva expressa como instrumentos de gestão negocial dos riscos contratuais. (coautora com Bernardo Salgado) In: Fábio Ulhoa Coelho; Gustavo Tepedino e Selma Lemes. *A evolução do direito no século XXI: seus princípios e valores – ESG, liberdade, regulação, igualdade e segurança jurídica (homenagem ao Professor Arnoldo Wald)*. São Paulo: Editora IASP, 2022, p. 75-97.
6. A impossibilidade superveniente da prestação e os remédios aplicáveis. (coautora com Mariana Ribeiro). In: Heloisa Helena Barboza (coord.). *20 anos do Código Civil: perspectivas presentes e futuras*. Rio de Janeiro: Processo, 2022.
7. Execução pelo equivalente. In: Gustavo Tepedino; Deborah Pereira Pinto dos Santos; Paula Moura Francesconi de Lemos Pereira (Org.). *Direito Civil Constitucional: a construção da legalidade constitucional nas relações privadas*. Indaiatuba: Foco, 2022, p. 125-148.
8. Cláusula Resolutiva Expressa: função, estrutura e operatividade. In: Henrique Barbosa e Jorge Cesa Ferreira da Silva (Org.). *A evolução do direito empresarial e obrigacional: 18 anos do Código Civil*. v. 2. São Paulo: Quartier Latin, 2021, p. 605-625.

ALINE DE MIRANDA VALVERDE TERRA

PROFESSORA DE DIREITO CIVIL DA FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PROFESSORA DE DIREITO CIVIL DA FACULDADE DE DIREITO DA PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO

9. Responsabilidade Civil dos Agentes de Tratamento de Dados. (coautora com Gisela Sampaio e Gustavo Tepedino) In: Ana Frazão; Ricardo Villas Bôas Cueva (coord.). *Compliance e política de proteção de dados*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2021, pp. 741-770.
10. Cláusula Resolutiva Expressa: função, estrutura e operatividade. In: Anderson Schreiber; Carlos Edison do Rêgo Monteiro Filho; Milena Donato Oliva (Org.). *Problemas de direito civil: homenagem aos 30 anos de cátedra do Professor Gustavo Tepedino por seus orientandos e ex-orientandos*. Rio de Janeiro: Forense, 2021, p. 303-319.
11. Revisitando o lucro da intervenção: novas reflexões para antigos problemas. (coautora com Gisela Sampaio) In: Aline de Miranda Valverde Terra; Gisela Sampaio da Cruz Guedes (Org.). *Inexecução das Obrigações: pressupostos, evolução e remédios*. Rio de Janeiro: Processo, 2021, v. 2, p. 433-464.
12. Consequências do inadimplemento das obrigações do promitente comprador na Lei nº 13.786/2018. (coautora Roberta Mauro Medina Maia) In: André G. C. Andrade *et al* (org.). *Lições de direito imobiliário: homenagem a Sylvio Capanema de Souza*. Rio de Janeiro: Editora GZ, 2021, p. 44-54.
13. Acervo digital: controvérsias quanto à sucessão *causa mortis*. (coautoria com Milena Oliva e Filipe Medon) In: Ana Carolina Brochado Teixeira; Lívia Teixeira Leal (Org.). *Herança digital: controvérsias e alternativas*. Indaiatuba: Editora Foco, 2021, p. 55-73.
14. Responsabilidade civil dos pais pelos atos praticados pelos filhos menores. (coautora Gisela Sampaio) In: Ana Carolina Brochado Teixeira; Luciana Dadalto. (Org.). *Autoridade parental: dilemas e desafios contemporâneos*. 2ª ed. São Paulo: Foco, 2021, p. 317-334.
15. O risco no seguro garantia e o inadimplemento anterior ao termo. (coautora com Bernardo Salgado) In: Ilan Goldberg; Tiago Junqueira. (Org.) *Temas atuais de direito dos seguros*. T. II. São Paulo: Thompson Reuters Brasil, 2020, p. 486-506.
16. “Amanhã vai ser maior”: liberdade de reunião, redes sociais e tutela possessória. (coautora com Roberta Mauro Medina Maia) In: André Abelha (Coord.). *Estudos de direito imobiliário: homenagem a Sylvio Capanema de Souza*. São Paulo: Ibradim, 2020, p. 401-410.
17. Do pacta sunt servanda ao *code is law*: breves notas sobre a codificação de comportamentos e os controles de legalidade nos *smart contracts*. (coautora com Deborah Pereira) In: Gustavo Tepedino; Rodrigo da Guia Silva (Org.). *O direito civil na era da inteligência artificial*. São Paulo: Thompson Reuters Brasil, 2020, p. 373-396
18. A responsabilidade civil do Poder Público no tratamento de dados pessoais: análise dos artigos 31 e 32 da LGPD. (coautora com Diana Castro) In: Caitlin

- Mulholland (Org.). *A LGPD e o novo marco normativo no Brasil*. Porto Alegre: Arquipélago, 2020, v. 1, p. 237-264.
19. Efeito indenizatório da resolução por inadimplemento. (coautora com Gisela Sampaio) In: Aline de Miranda Valverde Terra; Gisela Sampaio da Cruz Guedes; (Org.). *Inexecução das obrigações: pressupostos, evolução e remédios*. Rio de Janeiro: Processo, 2020, v. 1, p. 391-416.
 20. Covid-19 e os contratos de locação em shopping center. In: Luciana Ismael; Vitale Olivar. (Org.). *Impactos da Covid-19 no direito imobiliário*. Porto Alegre: Paixão Editores, 2020, p. 15-17.
 21. É possível mitigar a capacidade e a autonomia da pessoa com deficiência para a prática de atos patrimoniais e existenciais? (coautora com Ana Carolina Brochado) In: Ana Carolina Brochado Teixeira; Joyceane Bezerra de Menezes (Org.). *Gênero, vulnerabilidade e autonomia: repercussões jurídicas*. Indaiatuba: Foco, 2020, p. 25-44.
 22. Violência obstétrica contra a gestante com deficiência. (coautora com Ana Carla Matos) In: Thamis Dalsenter (Org.). *Violência obstétrica em debate*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2020, p. 185-208
 23. Boa-fé, função social e equilíbrio contratual: reflexões a partir de alguns dados empíricos. (coautora com Gisela Sampaio e Carlos Konder) In: Aline de Miranda Valverde Terra; Gisela Sampaio da Cruz Guedes; Carlos Nelson de Paula Konder. (Org.). *Princípios contratuais aplicados: boa-fé, função social e equilíbrio econômico*. Indaiatuba: Foco, 2019, p. 1-24.
 24. Inafastabilidade da jurisdição e autotutela: o exemplo da cláusula resolúta expressa. (coautora com Leonardo Schenk) In: Aluisio Mendes; Cândido Rangel Dinamarca; Humberto Dalla Bernardina de Pinho; Luiz Fux (Org.). *Estudos em direito processual em homenagem a Paulo Cezar Pinheiro Carneiro*. Rio de Janeiro: GZ, 2019, p. 81-96.
 25. Les Personnes (personnes physiques et morales). (coautora com Fernanda Sabrini) *Droit du Brésil*. Issy-les-Moulineaux: LGDJ, 2018, p. 51-57.
 26. Repersonalização do direito civil e suas repercussões na responsabilidade civil. (coautora com Gisela Sampaio) In: Marcos Ehrhardt Júnior; Eroulths Cortiano Junior. (Org.). *Transformações no direito privado nos 30 anos da Constituição: estudos em homenagem a Luiz Edson Fachin*. Belo Horizonte: Fórum, 2018, p. 473-494.
 27. A operatividade da cláusula resolúta expressa. In: Gustavo Tepedino; Joyceane Bezerra de Menezes. (Org.). *Autonomia privada, liberdade existencial e direitos fundamentais*. Belo Horizonte: Fórum, 2018, p. 625-646.
 28. A violação positiva do contrato é figura efetivamente útil no direito brasileiro?. In: Gustavo Tepedino; Ana Carolina Brochado Teixeira; Ana Carla Harmatiuk Matos. (Org.). *Direito civil, Constituição e unidade do sistema: anais do Congresso de*

Direito Civil Constitucional - V Congresso do IBDCivil. Belo Horizonte: Fórum, 2018, p. 97-112.

29. Pacto Comissório vs. Pacto Marciano: estruturas semelhantes com repercussões diversas. (coautora com Gisela Sampaio) In: Gisela Sampaio da Cruz Guedes; Maria Celina Bodin de Moares; Rose Melo Vencelau Meireles. (Org.). *Direito das Garantias*. São Paulo: Saraiva, 2017, p. 171-214.
30. Alienação fiduciária em garantia de bens imóveis: possíveis soluções para as deficiências e insuficiências da disciplina legal. (coautora com Gisela Sampaio) In: Gisela Sampaio da Cruz Guedes; Maria Celina Bodin de Moraes; Rose Melo Vencelau Meireles. (Org.). *Direito das Garantias*. São Paulo: Saraiva, 2017, p. 215-240.
31. A cláusula resolutiva expressa e o contrato incompleto como instrumentos de gestão de risco nos contratos. (coautora com Paula Bandeira) In: Gustavo Tepedino; Ana Carolina Brochado Teixeira; Vitor Almeida. (Org.). *Da Dogmática à Efetividade do Direito Civil: Anais do Congresso Internacional de Direito Civil Constitucional*. IV Congresso de IBDCivil. Belo Horizonte: Fórum, 2017, v. 1, p. 113-145.
32. Liberdade do Intérprete na Metodologia Civil-constitucional. In: Anderson Schreiber; Carlos Nelson de Paula Konder. (Org.). *Direito Civil Constitucional*. São Paulo: Atlas, 2016, p. 47-70.
33. Pacto Comissório versus pacto Marciano: estruturas semelhantes com repercussões diversas. (coautora com Gisela Sampaio) In: Joyceane Bezerra de Menezes; Francisco Luciano Lima Rodrigues. (Org.). *Pessoa e Mercado sob a Metodologia do Direito Civil-constitucional*. Santa Cruz do Sul: Essere nel Mondo, 2016, p. 8-30.
34. Disgorgement of Profits in Brazilian Law. In: Ewoud Hondius; André Janssen. (Org.). *Ius Comparatum - Global Studies in Comparative Law*. 1ed. Springer International Publishing, 2015, v. 8, p. 445-458.
35. A contemporânea teoria do inadimplemento: reflexões sobre a violação positiva do contrato, o inadimplemento antecipado e o adimplemento substancial. In: Carlos Edison do Rêgo Monteiro Filho; Gisela Sampaio da Cruz Guedes; Rose Melo Vencelau Meireles (Org.). *Direito Civil*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2015, v. 2, p. 183-200.
36. Função punitiva do dano moral: análise crítica e proposições funcionalmente equivalentes. In: Elcio Nacur Rezende; Otávio Luiz Rodrigues Junior; José Sebastião de Oliveira (Org.). *Direito Civil Contemporâneo*. 2015, p. 1-15.
37. Danos autônomos ou novos suportes fáticos de danos? Considerações acerca da privação do uso e da perda do tempo nas relações de consumo. In: Viviane Coêlho de Séllos Knoerr; Keila Pacheco Ferreira; Joana Stelzer. (Org.). *Direito, globalização e responsabilidade nas relações de consumo*. 2015, p. 1-17.
38. A tutela da autonomia privada e a utilização atécnica dos novos princípios contratuais. (coautora Helen Orleans) In: Carlos Eduardo Pianovski; Eduardo Nunes de Souza; Joyceane Bezerra de Menezes; Marcos Ehrhardt Junior. (Org.).

ALINE DE MIRANDA VALVERDE TERRA

PROFESSORA DE DIREITO CIVIL DA FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PROFESSORA DE DIREITO CIVIL DA FACULDADE DE DIREITO DA PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO

Direito Civil Constitucional: a resignificação da função dos institutos fundamentais do direito civil contemporâneo e suas consequências. Florianópolis: Conceito Editorial. 2014, p. 121-136.